fipa
Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares

UM COMPROMISSO NACIONAL PARA A INDÚSTRIA AGROALIMENTAR

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

2024
FEVEREIRO

XVI LEGISLATURA XXIV GOVERNO CONSTITUCIONAL
2024-2028

A FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares, associação privada sem fins lucrativos, reúne um vasto conjunto de associações e empresas da indústria agroalimentar que operam em Portugal. Constituída em 1987, conta com um trabalho de décadas na representação, defesa e dinamização do setor, tanto a nível nacional como na esfera europeia, junto de decisores políticos, parceiros e sociedade civil.

A NOSSA MISSÃO

Promover, em conjunto com as nossas associadas, a criação de uma envolvente na qual as empresas da indústria portuguesa agroalimentar, independentemente da sua dimensão, possam acompanhar os constantes desafios colocados pelos consumidores e pela sociedade e, ao mesmo tempo, estejam aptas a competir para um crescimento sustentável.

A NOSSA VISÃO

Alcançar o máximo reconhecimento como estrutura associativa de excelência, promotora do diálogo e da transparência e proativa na defesa da reputação e da competitividade da indústria portuguesa agroalimentar.

OS NOSSOS SÓCIOS

SÓCIOS EFETIVOS

Os sócios efetivos são associações de empresas que exercem a sua atividade no ramo alimentar dentro do território nacional.

SÓCIOS CONTRIBUINTES

Os sócios contribuintes são empresas que, operando no setor agroalimentar, entendam colaborar diretamente com a FIPA integrando o Conselho Consultivo.

SÓCIOS ADERENTES

Os sócios aderentes são empresas ou as suas associações que, não atuando diretamente no setor agroalimentar, têm com a indústria relações privilegiadas.

A NOSSA AMBIÇÃO

Reforçar a competitividade e o crescimento do mercado nacional - assentes num quadro de reformas estruturais e políticas que promovam um ambiente de saudável concorrência -, fomentar o emprego, fortalecer a confiança dos consumidores e alavancar o crescimento externo são os principais desígnios da FIPA, enquanto representante da indústria portuguesa agroalimentar.

Se dúvidas houvesse, na conjuntura gerada pela pandemia e, posteriormente, pela guerra, as empresas do setor afirmaram sempre o seu papel insubstituível na dinamização da economia nacional e na garantia do abastecimento alimentar. A FIPA foi, desde a primeira hora, parceira incontornável dos órgãos decisores e dos intervenientes na cadeia de abastecimento.

Sabemos que os próximos tempos continuarão a ser marcados por uma elevada imprevisibilidade e muitos desafios se colocarão à vida das empresas. Necessitamos, por isso, de garantir um elevado espírito de cooperação e união em prol da competitividade e da sustentabilidade da indústria portuguesa agroalimentar, nas dimensões económica, ambiental e social.

Trabalhamos, com a mesma determinação de sempre, em torno destes objetivos, traçando para isso três pilares estratégicos: 1) inovação e crescimento, 2) alimentação, nutrição e saúde, 3) economia verde. Em todos eles identificamos prioridades claras e coincidentes com a rota de afirmação do setor.

Pretendemos continuar a implementar a nossa "Agenda Estratégica 2030"[1] e assumir um papel ativo ao nível das opções no âmbito dos mecanismos de apoio à recuperação e resiliência.

Queremos, naturalmente, continuar o caminho do diálogo junto do Governo e do Parlamento e garantir a representação do setor junto dos mais diversos parceiros e diferentes plataformas colaborativas.

Estamos, ao mesmo tempo, bem cientes de toda a turbulência que não abranda. Cadeias de abastecimento estranguladas, preocupante tendência inflacionista, tensões políticas internacionais e constrangimentos energéticos são apenas os exemplos mais marcantes da conjuntura que nos acompanhará por muitos meses.

É ASSIM TEMPO DE AFIRMAR UMA ESTRATÉGIA NACIONAL PELA ROBUSTEZ DA INDÚSTRIA AGROALIMENTAR QUE LHE PERMITA, NA PRÓXIMA DÉCADA, CONSOLIDAR A SUA RESPOSTA NO MERCADO INTERNO E O SEU POSICIONAMENTO GLOBAL.

1 Publicação FIPA - "Agenda Estratégica 2030 – Por uma indústria agroalimentar inovadora, competitiva e sustentável" – outubro de 2021

UM SETOR ESTRATÉGICO PARA PORTUGAL*

CONTRIBUIÇÃO ECONÓMICA

É a indústria transformadora que mais contribui para a economia nacional, tanto em Volume de Negócios (22,4 mil milhões de euros) como em Valor Acrescentado Bruto (3,8 mil milhões de euros)

CONTRIBUIÇÃO PARA O EMPREGO

É a primeira indústria transformadora que mais emprega em Portugal, sendo responsável por mais de 112.000 postos de trabalho diretos e cerca de 500.000 indiretos.

CONTRIBUIÇÃO PARA A BALANÇA COMERCIAL

Tem contribuído para o equilíbrio da balança comercial, registando na última década uma taxa de crescimento das exportações superior às importações. Mantendo o nível de crescimento dos dois fluxos, esta indústria poderá vir a tornar-se exportadora líquida.

CONTRIBUIÇÃO PARA O CRESCIMENTO

Tem mantido, nos últimos anos, um desempenho acima da média da economia nacional, existindo boas expectativas de crescimento na próxima década por parte dos gestores e empresários do setor.

CONTRIBUIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE DE OUTROS SETORES ECONÓMICOS

Tem impacto, direto e indireto, elevado noutros setores da economia portuguesa, com destaque para os setores a montante da cadeia de valor.gestores e empresários do setor.

CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Assume uma grande importância no desenvolvimento do tecido empresarial e criação de emprego nas zonas menos desenvolvidas do país.

CONTRIBUIÇÃO PARA A SOBERANIA ALIMENTAR

É fundamental para a afirmação do potencial de evolução da nossa autossuficiência alimentar e para garantir a sustentabilidade do consumo nacional.

* Dados de conjuntura 2022 - Fonte: INE

ADEQUAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL À COMPETITIVIDADE

Portugal tem hoje uma das taxas médias de IVA mais elevadas da Europa sobre os alimentos e bebidas. Conta também com uma adicional e pesada carga fiscal sobre as bebidas açucaradas e as bebidas alcoólicas, por via de impostos especiais de consumo (IEC), sendo frequentes as ameaças da inclusão de novas categorias. A FIPA tem vindo a munir os decisores políticos com informação credível e apoiada na realidade do mercado para evidenciar o efeito negativo que o aumento desajustado da carga fiscal tem sobre o consumo, as empresas e o emprego. Este cenário promove a discriminação negativa de alguns alimentos e bebidas e, no caso dos IEC, coloca em causa, de forma generalizada, a reputação de um setor estratégico para a economia, promotor de altos padrões de segurança dos alimentos e com provas dadas ao nível da inovação.

DESAFIOS 2024-2028

- Enquadrar os produtos alimentares na taxa reduzida do IVA, pugnando por um maior equilíbrio e competitividade no contexto europeu;
- Eliminar, sempre que o enquadramento legal permita, ou reduzir os impostos especiais ao consumo (IEC) e rejeitar novas iniciativas, tendo presente a evolução dos processos de inovação conducentes à reformulação nutricional de diversas categorias;
- Promover uma discussão aberta e participada da envolvente fiscal do setor com o Governo e o Parlamento, em articulação com os compromissos de reformulação nutricional;
- Defender uma política fiscal “positiva”, com medidas de apoio e deduções fiscais para empresas que façam investimentos em sustentabilidade ambiental.

ABASTECIMENTO NACIONAL E INFRAESTRUTURAS

O contexto de pandemia que o mundo viveu recentemente e a guerra já duradoura originada pela invasão da Rússia à Ucrânia, a par da enorme incerteza geopolítica, têm gerado graves disrupções nas cadeias de abastecimento, com particular preocupação ao nível da alimentação humana e animal, seja pela possibilidade de escassez seja pela enorme volatilidade ao nível dos preços. Portugal necessita de ter uma visão clara para a criação de uma rede de infraestruturas sólida e competitiva, particularmente ao nível portuário, de forma a garantir o regular abastecimento de matérias-primas e o regular fluxo de exportações, e reforçar as capacidades necessárias para a criação de *stocks* de segurança. A redução da dependência externa no abastecimento de matérias-primas deverá ser uma prioridade. Tendo presente a sua importância estratégica para a soberania alimentar, as políticas devem ser definidas em boa articulação entre os decisores políticos e os agentes económicos.

DESAFIOS 2024-2028

- Definir a viabilidade e operacionalidade futuras dos terminais portuários do Beato e da Trafaria, em articulação com os agentes económicos e tendo presentes o processo de liquidação que se arrasta e o término da concessão em 2025, e avaliar os investimentos necessários para ajustar as capacidades de receção e armazenamento às necessidades da indústria e do consumo nacionais;
- Garantir que aquelas infraestruturas se mantêm a laborar em níveis de competitividade similares ou superiores às suas congéneres europeias, fator critico de competitividade da indústria agroalimentar nacional;
- Reforçar a capacidade do Porto de Aveiro (permitir descargas de navios de maior capacidade facilitando o descongestionamento do Porto de Lisboa) e criar terminal cerealífero em Sines;
- Definir um modelo de interligação entre os diversos Portos nacionais, em articulação com as infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, para abastecimento nacional;
- Criar incentivos ao investimento em capacidade de armazenamento na indústria e à produção de matérias-primas nacionais aumentando, por esta via, o seu grau de incorporação e o valor acrescentado nacional;
- Adotar medidas estratégicas de longo prazo que permitam a criação de stocks nacionais de segurança para abastecimento de matérias-primas para alimentação humana e animal.

EXPORTAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

A exportação da produção nacional e a internacionalização das empresas, como forma de conquista de novas oportunidades, é cada vez mais uma inevitabilidade. A qualidade dos nossos produtos, associada a um reforço das redes de contactos dentro e fora da União Europeia, revela, por si só, um enorme potencial de sucesso junto de outros mercados e permitirá, em vários casos, um ganho de dimensão do setor e da economia nacional. Importa ainda incentivar uma visão estratégica para as marcas nacionais. Durante as últimas legislaturas, a FIPA tem sido parceira incontornável na definição das políticas nacionais para a internacionalização do setor agroalimentar, tendo apresentado aos sucessivos governos os seus "Contributos para uma Visão Estratégica".

DESAFIOS 2024-2028

- Utilizar Portugal como plataforma de exportação em articulação com o crescimento e sustentabilidade do mercado interno;
- Desenvolver políticas económicas e diplomáticas de incentivo à exportação com foco na promoção e afirmação das marcas;
- Implementar mecanismos uniformizados de identificação e comunicação das barreiras à exportação;
- Desenvolver ações coletivas, coordenadas e apoiadas, para a promoção externa;
- Promover linhas de financiamento de apoio à exportação, privilegiando as empresas capacitadas e evitando o desperdício de recursos.

DIÁLOGO E EQUILÍBRIO NA CADEIA DE VALOR AGROALIMENTAR

A FIPA é parceira ativa da PARCA – Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Alimentar, tendo tido um papel muito interventivo na revisão do diploma legal que regulamenta as Práticas Individuais Restritivas do Comércio e sido uma das principais promotoras da criação, implementação e monitorização do Código de Boas Práticas Comerciais para a Cadeia de Abastecimento Agroalimentar. Por força da pandemia Covid-19 e da guerra na Ucrânia, integrou os grupos de acompanhamento do abastecimento alimentar. Tem também procurado promover sinergias entre os setores de base da fileira agroalimentar, para construção de uma estratégia conjunta e integrada em torno da valorização da produção nacional, assente na análise e estudo do mercado, nas necessidades do tecido empresarial e nas expectativas do consumidor.

DESAFIOS 2024-2028

- Afirmar posições, no seio da PARCA, com vista à discussão e implementação de medidas focadas na promoção da transparência, equidade e não discriminação de marcas;
- Acompanhar a implementação e monitorização eficaz do Código de Boas Práticas Comerciais para a Cadeia de Abastecimento Agroalimentar;
- Desenvolver mecanismos de mapeamento e promoção de um abastecimento com valor acrescentado nacional;
- Promover a digitalização da cadeia agroalimentar, dinamizando a partilha de boas práticas, a literacia digital e a capacitação dos recursos humanos e das empresas.

PROMOÇÃO DE ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS

A indústria agroalimentar foi pioneira no lançamento de iniciativas que visam a constante inovação e adequação dos produtos alimentares, uma melhor comunicação com os consumidores e, acima de tudo, a promoção de escolhas diversificadas e de uma alimentação saudável. Em 2019, a FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares, a APED – Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e um conjunto de associações setoriais chegaram a um entendimento com o Ministério da Saúde para o estabelecimento de metas de reformulação nutricional de várias categorias de produtos alimentares, tendo sido assinado um compromisso alargado que envolve a redução progressiva dos teores de açúcar, sal e gorduras trans.

DESAFIOS 2024-2028

- Reconhecer a eficácia da autorregulação na construção de envolventes promotoras de escolhas saudáveis, nomeadamente ao nível da reformulação nutricional, da publicidade e da informação ao consumidor;
- Fazer assentar a evolução do quadro legal em evidências científicas e na preservação do mercado único (ex: esquemas de informação nutricional);
- Dar a devida evidência ao trabalho que a indústria agroalimentar desenvolve há vários anos e que se tem refletido numa oferta alimentar cada vez mais diversificada e adaptada às novas exigências dos consumidores e da sociedade em geral;
- Colocar o enfoque no facto de estilos de vida saudáveis serem compatíveis com o consumo adequado da generalidade dos alimentos, afastando de vez expressões negativas e sem qualquer suporte (ex: “alimentos nocivos”);
- Afastar perceções negativas sobre ingredientes-chave (ex: edulcorantes), quando estes estão devidamente escrutinados pela Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos.

TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR

Os modelos de crescimento da indústria agroalimentar estão cada vez mais assentes em modelos circulares, mas ainda há muito a fazer. A indústria agroalimentar tem vindo a reduzir o seu impacte no ambiente e a aumentar a reintrodução de materiais na economia. No caso particular das embalagens, tem vindo a trabalhar para as reduzir ao mínimo, reduzir a poluição plástica e apoiar a melhoria do design das embalagens para melhorar a sua reciclagem e reutilização – garantindo que a segurança dos alimentos nunca seja comprometida.

DESAFIOS 2024-2028

- Identificar as barreiras à reciclabilidade e à circularidade das embalagens, nomeadamente problemas a montante;
- Implementar o Sistema de Depósito-Reembolso (SDR) assente num modelo de gestão, eficiente e eficaz, por uma única entidade licenciada para o efeito;
- Promover a reutilização de embalagens desde que num contexto de racionalidade ambiental, social, económica e científica;
- Harmonizar as instruções de triagem no âmbito da revisão da diretiva sobre embalagens e resíduos de embalagens;
- Compatibilizar as políticas ao nível das embalagens com a segurança dos alimentos e o combate ao desperdício alimentar;
- Assegurar que as políticas de transição para a economia circular estão alinhadas com a competitividade das empresas;
- Incentivar as autoridades portuguesas a investir significativamente no apoio ao desenvolvimento eficiente da capacidade de recolha, triagem e reciclagem dos resíduos, garantindo o cumprimento das metas a um custo eficiente e transparente.

ESTRATÉGIA PÚBLICA DE INCENTIVOS À INOVAÇÃO

A FIPA tem vindo a assumir um importante papel enquanto dinamizadora de ambientes colaborativos e como elo agregador das prioridades do mercado e das empresas, procurando criar uma envolvente que permita concretizar um futuro sustentável, digital e inovador. Para suportar esta intervenção, elaborou a "Agenda Estratégica 2030", traçando cenários e definindo caminhos que pretende afirmar junto dos parceiros e dos decisores, procurando mobilizar os recursos necessários à concretização dos objetivos estratégicos. Há muito que a FIPA se tem posicionado como interlocutora da indústria agroalimentar no que respeita quer à participação na definição de políticas de incentivo e apoio à investigação, desenvolvimento e inovação, quer à disseminação do conhecimento técnico-científico.

DESAFIOS 2024-2028

- Adequar os programas de apoio - em particular o PRR e o Portugal 2030 - à atividade transformadora agroalimentar, colocando o foco em atividades de investigação e desenvolvimento com caráter aplicado e inovador;
- Direcionar os incentivos públicos para o apoio às empresas, promovendo a compra de serviços às Entidades do Sistema Científico e Tecnológico;
- Consolidar a articulação com outras entidades de reconhecido interesse estratégico para o setor, com enfoque no apoio a projetos de IDI e de cooperação empresarial;
- Criar mecanismos para desburocratização e simplificação dos processos de candidatura, avaliação e acompanhamento, bem como de monitorização do impacto dos resultados em conjunto com os parceiros.

UM COMPROMISSO NACIONAL PARA A INDÚSTRIA AGROALIMENTAR

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

fipa
Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares

www.fipa.pt